



ALVA E IDÉIA: DUAS REVISTAS E UM PASSADO PARA A VIDA LITERÁRIA PARAIBANA DO SÉCULO XIX

Socorro de Fátima Pacífico Vilar*

Universidade Federal da Paraíba – UFPB

socorrofpb@yahoo.com.br

RESUMO: Com o objetivo de tornar visível as práticas literárias e culturais paraibanas do século XIX, buscamos, neste ensaio, discutir o conteúdo das revistas **Alva: Jornal Literário** (1850) e **A Idéia: Revista Crítica, Noticiosa e Literária** (1879), a partir da perspectiva do que era uma revista literária à época no Brasil, na tentativa de reconduzi-las ao seu presente da elaboração, de modo que sua leitura seja inteligível em relação ao que foram no passado. Trata-se de duas revistas que embora tenham sido muito referidas pelos historiadores, têm conteúdo inédito como fonte para a história da literatura paraibana, uma vez que estes o julgavam de pouco valor literário. Indo de encontro a esta posição, este ensaio mostra como seus textos são os fundadores da prosa de ficção paraibana.

ABSTRACT: With the objective of turning visible the literary and cultural practices of Paraíba in XIX century, we look into this essay the content of the magazines **Alva: jornal literário** (1850) e **A Idéia: revista crítica, noticiosa e literária** (1879). We start from the perspective of what was a literary review to the time in Brazil, in the attempt of leading them to present of its elaboration, so that the reading is intelligible in relation to the what they were in the past. In spite of being a lot referred to the historians, her content is unpublished as source for the history of Paraíba's literature, once these judged them of little literary value. Against this position, this essay shows as their texts are the founders of 19 century Paraíba prose.

PALAVRAS-CHAVE: Revistas literárias – Literatura paraibana – História cultural do século XIX

KEYWORDS: Literary reviews – Paraíba Literature – 19 Century Cultural History

* Possui graduação (Licenciatura Plena) em Letras pela Universidade Federal da Paraíba (1982), Mestrado em Letras pela Universidade Federal da Paraíba (1990) e Doutorado em Letras (Letras Clássicas) pela Universidade de São Paulo (1999). Atualmente é Professor Adjunto IV da Universidade Federal da Paraíba. No momento realiza estágio de Pós-Doutorado na PUCRS, com bolsa CNPq, sob a supervisão da Profa. Dra. Regina Zilberman. Tem experiência na área de Letras, com ênfase em História da Literatura, atuando principalmente nos seguintes temas: Literatura colonial, Os periódicos do século XIX, Ensino da literatura, Literatura paraibana e História da leitura.

Dos nobres propósitos da revistas literárias

Vários historiadores paraibanos seja do jornalismo, seja da literatura, têm chamado a atenção para a existência das revistas literárias **Alva** e **Idéia**. Sempre referidas essas revistas, no entanto, pouco foram lidas – no sentido amplo do termo – e avaliadas a partir de uma perspectiva do fazer literário do século XIX. Em geral, quando se reportam a estes periódicos literários, os historiadores apenas indicam os dados de caráter mais geral, tais como os editores e a data de surgimento, como o faz Eduardo Martins, em relação à revista **Alva** (1976). Seguindo essas pistas, descobrimos nos arquivos da Biblioteca Nacional os microfilmes com os exemplares, o que nos dá a possibilidade de uma leitura mais atenta do seu conteúdo.¹

Na verdade, existe o senso comum de que os periódicos pouco ou nada contribuíram com a vida literária da província, no século XIX, tanto pela falta de profissionalismo dos jornalistas, como pela sua pouca qualidade dessas revistas. Tomemos como ilustração o verbete “Revistas literárias”, do **Dicionário literário da Paraíba** que, por ser muito longo, peço licença para citar:



Documentário de diversas épocas e, por vezes, do pensamento que as caracterizava, contorno suave da vida da comunidade, colonismo, comentários vagos que beiravam às vezes a obscuridade, opinião expressa de figura nem sempre questionadoras, porém empenhadas num pensamento lógico, num juízo coerente: são estas as principais características das revistas lit., (sic) tipo de publicação inaugurada, na PB, com a *Alva*, editada em 1850, e da qual só existem publicações efêmeras, consideradas como “revistas literárias”, mais por uma conveniência metodológica do que pelo noticiário puro e reportagem interpretativa recheada de citações e bem ilustrada. Nessas revistas [...] os numerosos colaboradores manifestam uma proposta mais amadorística que profissional do fazer literário. Assim, não há aquela preocupação estética, nem há a lapidação da arte lit. tão própria a publicações do gênero.²

Alguns fatores contribuem para nortear tal concepção. Entre eles, uma noção de literário e de jornalismo próprios de fins do século XX, em que naquele se valorizava a qualidade estética e neste o engajamento político. Além disso, tome-se a pouca valorização da revista em si como fonte para a história da literatura. A disseminação desse tipo de discurso contribuiu de certa forma para “apagar” parte da vida cultural

¹ Trata-se do Projeto Jornais e folhetins literários da Paraíba do século XIX, com financiamento do CNPQ.

² SANTOS, Idelet Muzart Fonseca dos. **Dicionário literário da Paraíba**. João Pessoa: A União, 1994, p. 180.

paraibana, que à época, circulava prioritariamente pelas páginas dos pequenos periódicos e revistas. Na Paraíba,³ ocorreu o mesmo processo da Corte e de outras províncias, onde os periódicos também surgiam e sumiam regularmente. Nem por isso deixaram de ser determinantes na consolidação da prosa de ficção brasileira e paraibana.

Indo de encontro a essa concepção, analisaremos as duas revistas paraibanas do século XIX: **Alva: Jornal Literário** e **A Idéia: Revista Crítica Noticiosa e Literária**, a partir da perspectiva do que era uma revista literária à época no Brasil, na tentativa de reconduzi-las ao seu presente, de modo que sua leitura seja inteligível em relação ao que foram no passado.

Dessa forma, o primeiro aspecto a ser considerado diz respeito ao fato de que essas revistas em nada destoam daquelas publicadas no Rio de Janeiro e em São Paulo. Entre os títulos, temos **O Amigo das Letras**, de São Paulo e vários do Rio de Janeiro, como **O Cronista**, **O Jornal de Debates** e o **Gabinete de Leitura: serões das famílias brasileiras, jornal para todas as classes, sexos e idades**.⁴ Na revista **A Idéia**, a referência aos periódicos da Corte se dá através do processo de “extração” de algumas matérias, prática bastante comum à época, o que demonstra tanto a leitura, como um padrão de escrita a ser seguido.⁵

Alva. Jornal Literário apareceu em janeiro de 1850. Como era usual a muitos jornais, ela tinha uma epígrafe de (Louis) Bonald, “A Literatura é a expressão da Sociedade”, hoje amplamente divulgada em sites da internet. Eram redatores os acadêmicos João da Costa Ribeiro, José Carlos da Costa Ribeiro, Olinto José Meira, Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque, Adelino Antonio de Luna Freire e Salvador Henrique de Albuquerque.⁶

³ Discuto esse assunto no texto “Livros e Leitores nos jornais paraibanos: uma história de leituras”. CD dos **Anais da XXI Jornada Nacional de Estudos Linguísticos**. João Pessoa: Idéia, 2006, p. 2769-2777.

⁴ Todos os jornais aqui citados foram pesquisados na íntegra. **Alva: Jornal Literário; A Idéia: revista crítica noticiosa e literária; O Amigo das Letras; O Cronista; O Jornal de Debates; Gabinete de Leitura: serões das famílias brasileiras, jornal para todas as classes, sexos e idades; O Conservador; O Reformista**.

⁵ Em um anúncio da Livraria Econômica, de Manoel Ezequiel Pompeu d'Oliveira, publicado em **A Idéia**, de 05 de outubro de 1879, tomamos conhecimento de que a livraria recebe assinaturas de diversos jornais e outras publicações em fascículos como sejam: **Moda Ilustrada, Novo Mundo, Arte, Revista Industrial, Dois mundos, Revista Brasileira**. Além disso, a revista extrai da **Revista Brasileira**, um artigo de “Dr. Joaquim Teixeira de Macedo”, a propósito de “Pestalozzi e a Educação humana”.

⁶ Cf. MARTINS, Eduardo. **Primeiro jornal paraibano: apontamentos históricos**. João Pessoa: A União, 1976, p. 76-77.

A revista **Alva** foi impressa na tipografia de José Rodrigues da Costa, aquele que foi o mais importante tipógrafo da Paraíba no século XIX, cujo nome e importância ainda estão por se fazer.⁷ O primeiro passo da revista literária foi o de romper com as 4 páginas comuns aos periódicos da época, onde se espremiavam as informações oficiais, partidárias ou noticiosas dos periódicos. Publicação mensal, contendo cada número de 12 a 20 páginas, sua assinatura custava 2\$000 Rs, por semestre. A informação do número de páginas na contracapa da revista tem como objetivo atrair os leitores da época, interessados no “domínio das letras” nas anedotas, nos “romances” e novelas, pois como afirma Barbosa Lima Sobrinho, para que o “conto aparecesse foi preciso que o periódico se desenvolvesse, até interessar leitores novos, preocupados com o domínio das letras, ou que se tornasse bastante próspero, para ganhar algumas novas páginas de texto, ou aumentar o formato inicial”.⁸ Outro dado interessante diz respeito ao fato de que as páginas dessas revistas eram numeradas numa seqüência que previa sua encadernação no futuro e a transformação em um livro.

Depois de **O Tapuia** e **Investigador**, a **Alva** representou a terceira tentativa de se ter uma publicação literária na província paraibana. Apesar do empenho demonstrado pelos seus editores, a revista **Alva** durou apenas (ou só restaram?) seis números, que, embora poucos, são suficientes para restaurar parte da história das práticas de escrita e de leitura daquele tempo.

Seguindo um padrão nacional, seu conteúdo se dividia em romances⁹, Bosquejo histórico, poesia e biografia de autores nacionais, além de um ensaio opinativo. Na revista, também não poderia faltar a anedota, célula da qual surgiria, segundo Barbosa Lima Sobrinho, o conto brasileiro. Este modelo de revista literária vem de tempos anteriores, como ilustra o número inicial d'**Amigo das letras**, periódico paulista, surgido em 1 de abril de 1830. Para seus editores, “os artigos que encherão as páginas

⁷ Da sua tipografia e máquinas surgiram vários jornais paraibanos, mesmo depois de sua morte, que ocorreu em 8 de novembro de 1866. Além dos jornais – e foram vários – suas oficinas foram responsáveis pela publicação desde cartilhas de ABC a vários livros. O jornal **O Reformista** de 12 de junho de 1850 traz uma crítica de um livro, **Discurso**, de Afonso Almeida de Albuquerque, que teria sido publicado em sua tipografia.

⁸ Cf. LIMA SOBRINHO, Barbosa. **Os precursores do conto no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1960, p. 7.

⁹ Por romance ou novela, no contexto da década de 50 do dezenove, considere-se “prosa de ficção”, escrita em textos curtos que atualmente seriam considerados como conto. Cf SERRA, Cristina. **Antologia do romance-folhetim**. Brasília: Ed. da UNB, 1997; e ABREU, Márcia. Letras, belas-letas, boas letras. In: BOLOGNINI, Carmen Zink. (Org.). **História da literatura: o discurso fundador**. Campinas; São Paulo: Mercado Aberto, ALB; Fapesp, 2003. p. 11-69.

do jornal” são aqueles que contribuem para “o desenvolvimento dos eternos e sagrados princípios das sociedades: filosofia prática, descrições históricas, alegorias, cartas, discursos oratórios, diálogos filosóficos, caracteres políticos, literários em morais, além destes, máximas e anedotas escolhidas”.¹⁰ Ao se aproximar deste padrão, a revista **Alva** forjou o seu conceito de revista de literatura em conformidade àquelas revistas literárias que circulavam no Brasil da época.

Conforme discutiremos adiante, foi na seção literária que esses “jovens intelectuais” paraibanos ensaiaram pioneiramente a prosa de ficção paraibana.

A Idéia: Revista Crítica Noticiosa e Literária surgiu no dia 05 de outubro de 1879. Publicação Quinzenal, tinha 12 páginas e era impressa na própria tipografia do jornal, que, como contam seus editores: “De acordo com as nossas pretensões, montamos uma pequena oficina, que pela exigüidade de sue material não se pode atualmente (ileg.) um jornal de maiores dimensões”.¹¹ Provavelmente, a precariedade da oficina foi a responsável pelo grande número de “erros” tipográficos, corrigidos a tempo, na mesma edição em uma errata. Assim como a revista **Alva**, **A Idéia** não prescindiu de uma epígrafe:



Deixemos aos sábios de momento, aos sacerdotes das cifras, a estes pretendidos espíritos positivos, sempre tomados pelo sucesso em flagrante delito de mistificação, a pueril satisfação de erguerem o ombro, com o sorriso nos lábios, à aparição, mostrando-a com o dedo: Mais uma utopia!¹²

Em certo sentido, os propósitos dos jovens editores paraibanos não diferem daqueles dos que escreveram – e Machado de Assis pode ter sido o autor – a apresentação de **O Espelho, revista de literatura, modas, indústria e artes**, em 04 de setembro de 1859:

[...] torná-la variada, mas de uma variedade que deleite e instrua, que moralize e sirva de recreio quer nos salões do rico como no tugúrio do pobre.

Para esse fim temos em vista a publicação dos romances originais ou traduzidos, que nos parecem mais dignos de ser publicados, artigos sobre literatura, indústria e artes, e tudo quando possa interessar ao nosso público e especialmente ao belo sexo.¹³

¹⁰ **AMIGO das letras**, 1º de abril de 1830, p. 1.

¹¹ **A IDÉIA: Revista Crítica Noticiosa e Literária**, 05 de out. de 1879, p. 3.

¹² *Ibid.*, p. 3.

¹³ **O Espelho**, revista de literatura, modas, indústria e artes, 04 de set. de 1859, p. 1.

A revista **Idéia**, por sua vez, era assim composta: a primeira página era constituída de um ensaio opinativo, seguido das seções literária, noticiosa e científica. Nela, ao contrário da revista **Alva**, onde predominaram os “romances”, destacam-se os folhetins – “esse espaço deliberadamente frívolo que constitui a matéria e modo da crônica brasileira”.¹⁴

Às primeiras revistas e produções literárias paraibanas também podemos aplicar o mesmo critério de Barbosa Lima Sobrinho em relação àquelas manifestações nacionais publicados em periódicos paulistas e cariocas, tais como **A Astrea**, **O Cronista**, **O Gabinete de Leitura**, etc. Trata-se de pensar esses textos sem subordiná-los a “critério ou preocupações de valores literários”.¹⁵ Afinal, como bem observa o historiador, ao público da época não eram dadas outras produções mais complexas e com melhor tratamento literário, como aquelas que foram escritas posteriormente. Outra questão fundamental é não julgar “menor” o que foi próprio a uma época porque se trata de obra romântica, como sugerem alguns historiadores.¹⁶

Um exemplo do que pensavam e da concepção que tinham acerca da literatura e da imprensa no século XIX, verifica-se no programa das duas revistas. É preciso que se afirme de antemão que nesta época, o termo literatura ainda não estava sedimentado tal qual o concebemos atualmente. Segundo Márcia Abreu,¹⁷ sua autonomização só se dará no outro século, haja vista serem “tão tênues as fronteiras entre as áreas” que a definem, pois literatura era conhecimento. Esse é o sentido registrado no **Dicionário da Língua Portuguesa**, de Antonio de Moraes Silva, na edição de 1831: “literatura: erudição, ciência, notícia das boas letras, humanidades. Homem de grande literatura”. Apenas a partir de 1878, o autor define a palavra literatura numa concepção mais aproximada da contemporânea.¹⁸

¹⁴ Cf. MEYER, Marlyse. Volatéis e versáteis: de variedades e folhetins se fez a chronica. In: _____. **As mil faces de um herói-canalha e outros ensaios**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1998, p. 20.

¹⁵ Ibid.

¹⁶ Assim refere-se o historiador Gemy Cândido aos escritores do século XIX paraibano: “Uma multidão de poetas, alguns com livros publicados e outros que circulam nos periódicos de pequena duração, assimila uma espécie de ecletismo poemático que inclui todos os clichês do arcadismo, do romantismo, do realismo e do realismo e do parnasianismo, dominados por uma imitação subalterna e servil, de reprodução mimética, de pura cópia”. Cf. CÂNDIDO, Gemy. **História crítica da literatura paraibana**. João Pessoa: SEC, 1984, p. 41.

¹⁷ Cf. ABREU, Márcia. Letras, Belas Letras, Boas Letras. In: BOLOGNINI, Carmem. (Org.). **História da literatura: o discurso fundador**. Campinas; São Paulo: Mercado de Letras; Fapesp, 2003, p. 29.

¹⁸ A pesquisa que temos desenvolvido em jornais do século XIX torna mais visível a longa duração que o termo literatura exigiu para sedimentar o que hoje tomamos como tal.

Na apresentação da revista **Alva**, que poderíamos classificar de comovente pelo engajamento dos seus editores, observa-se a importância da imprensa para a ilustração e civilização dos seus leitores,¹⁹ indo ao encontro de uma concepção corrente à época, principalmente entre os jovens escritores. Ao introduzir mais uma publicação literária na Paraíba, o redator vai construindo de certa forma um mapa da circulação da cultura.

Na época, o jornalismo literário era o “o meio mais profícuo”, o que melhor traduzia a missão para a qual tinha nascido a imprensa:

[...] oferecer em benefício da instrução e moralidade do povo, pois que é ele o mais fácil de por ao alcance de todos uma variedade de conhecimentos que aliás a poucos chegaria – o jornalismo literário, representante do caráter, das idéias, do estado de um país, e indicador dos passos dados na carreira do Progresso, tem-se tornado elemento indispensável da civilização.²⁰

Entre as causas dos fracassos anteriores, segundo o editor, não pode ser incluída a falta de “inteligências” que levassem a cabo a nobre missão da folha. Assim, o que parece ser o motivo maior de não vingar na Paraíba uma revista que viesse tirar do obscurantismo parte de sua população, era o que chamou “indiferentismo arraigado da província”, contra o qual a fundação de um periódico ganhava estatutos de peleja, como revelam as comoventes palavras do editor:

Tristes são certamente algumas circunstâncias, cujo peso é necessário confortar, senão longo e aturado esforço empregar em combater. O que, porém nos dói fundo, e tem sido a causa principal de muitos de nossos atrasos, já não são elas – inda mal: é esse fatal indiferentismo tão gélido e tão arraigado, o qual infelizmente se estende a muitos respeitos, e parece enfim, como se fosse desta infeliz província, pesar em tudo que podia tender a sua prosperidade.²¹

Nessa batalha entre luz e trevas, surge a figura do editor e dos redatores, paladinos “poucos e fracos, mas levados do amor do estudo, e instigados pelo desejo de ver melhorada um dia a sorte de nossa terra, e desobstruindo o caminho que deve levá-la ao templo da civilização”.²² É neste contexto que deve ser lida a epígrafe da revista **Idéia**, quando seus editores a tomaram como “mais uma utopia”.

¹⁹ Uma bela história da imprensa, ou das representações e imagens que jornalistas tinham dela, pode ser feita com esses programas, como eram chamados à época, ou “editoriais” como os chamamos atualmente, que constam de todos os periódicos do século, sejam os pequenos, sejam os mais importantes.

²⁰ **ALVA** – Jornal literário, jan. de 1850, n. 1, p. 1.

²¹ *Ibid.*, p. 2.

²² *Ibid.*

Dessa forma, era de responsabilidade do jornal – esse suporte a que um grande número de pessoas tinha acesso e não demandava apenas a leitura solitária e silenciosa – “despertar o gosto pela leitura, adormecido sob a influência de hábitos maus, que a ociosidade alimenta”.²³ As preocupações dos redatores paraibanos traduzem uma concepção que teve origem na Europa e que se “caracteriza pela valorização do povo e pela formação e ascensão de novas classes, que se não compõem apenas com os círculos limitados da nobreza e da alta burocracia, mas abrangem a burguesia e as novas classes”.²⁴

No programa da revista **Idéia**, temos em linhas gerais o mesmo perfil da **Alva**. Os editores se definem como jovens com o propósito de “combater o erro, profligar os costumes antagonistas da civilização, para descobrir a verdade que assinala o progresso, para garantir a todos a liberdade, único destino do homem antes remontar-se (sic) à pátria da imortalidade”.²⁵

Na explicação de cada uma das seções do jornal aparecem as concepções que tinham de política e literatura, principalmente. Com relação à primeira, esta revista irá se diferenciar da abordagem comum, segundo a qual concebe-se a política, “como coisa mesquinha e individual que por aí rasteja, uma das mais livres e belas instituições vivendo de sórdidos interesses”.²⁶ Para aqueles jovens utópicos, a política “é a vida de uma nação, do antagonismo dos partidos e da inviolabilidade das urnas surge a luz, nascem as verdadeiras instituições da liberdade, garantindo o pensamento livre na imprensa e na tribuna”.²⁷

Sobre a literatura, observamos em **Alva** a mesma concepção abrangente que norteou os primeiros românticos. Trata-se da noção segundo a qual a literatura representa uma etapa do “progresso da humanidade”. Relacionada ao conhecimento e ao patrimônio cultural de uma nação, para muitos, ela foi suficiente para “fazer a glória de um povo”. Traduzindo esse conceito amplo que era o de Literatura à época, os editores concluem:

Quer ela se enrede nas peripécias do drama e do romance, que se cadencie na melodia do verso e na harmonia do ritmo, quer sentada sob um monte de ruínas narre através dos tempos a história das

²³ **ALVA** – Jornal literário, jan. de 1850, n. 1, p. 2.

²⁴ Cf. LIMA SOBRINHO, Barbosa. **Os precursores do conto no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1960, p. 6.

²⁵ **A IDÉIA**: Revista Crítica Noticiosa e Literária, 26 de nov. de 1879, n. 1, p. 4.

²⁶ *Ibid.*, p. 2.

²⁷ *Ibid.*

gerações, quer se perca na contemplação estática das maravilhas da natureza, quer (ileg.) a terra nas asas cândidas da poesia para consolar o coração do homem, quer arrebate o seu espírito nos (ileg.) da metafísica às alturas infinitas, ela é sempre um degrau do progresso.²⁸

Ao descrever a origem da revista, observamos uma prática bastante usual de criação de periódicos durante o século XIX: um grupo de jovens se reúne, em nome do progresso e da divulgação do saber, e propõe a criação de um jornal ou revista. Alguns utilizaram tipografias de outros periódicos, outros, no entanto, montam sua própria tipografia.

Os desconhecidos editores e escritores das revistas literárias

Antes de a crônica e o conto se consolidarem como gêneros peculiares aos periódicos, este espaço, que nos jornais tinha por nome folhetim, variedade ou miscelâneas, abrigou toda a sorte de textos ou como quer Marlyse Meyer, “cães vadios, livres farejadores do cotidiano”.²⁹ Entre estes, muitos eram cães sem dono, sem nome e sem pedigree. Sacramento Blake, em 1895, na introdução do terceiro volume do seu dicionário reclama:

[...] e no estudo penosíssimo a que me tenho dado, que imensidade de trabalhos possuo de autores, brasileiros, que não posso contemplar no meu livro, porque esses trabalhos são publicados sob o anônimo, ou são assinados por pseudônimos, ou somente pelos apelidos ou por um título de autor?³⁰

Da revista **Idéia**, nada se sabe acerca do nome dos seus redatores, a não ser, como é explicitado no programa do primeiro número da revista, que se trata de um grupo de jovens idealistas, imbuídos do desejo de contribuir para o “progresso” da província. Na verdade, esse compromisso da imprensa do dezenove com a instrução se estende também à luta pela educação do “belo sexo”, epíteto com o qual se designava as mulheres.³¹

²⁸ **A IDÉIA**: Revista Crítica Noticiosa e Literária, 26 de nov. de 1879, n. 1, p. 2.

²⁹ MEYER, Marlyse. Volatéis e versáteis: de variedades e folhetins se fez a chronica. In: _____. **As mil faces de um herói-canalha e outros ensaios**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1998, p. 154.

³⁰ BLAKE, Sacramento. **Dicionário Bibliográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1970, p. IV. v. 3.

³¹ Sobre a precariedade da educação feminina na Paraíba, o jornal, **O Conservador**, de 19 de setembro de 1885, em um artigo sem autor, assim comenta: “Na Paraíba, é impossível educar-se satisfatoriamente uma moça! Não há recursos, não há mestres, não há mestres, não há gosto!”. **O CONSERVADOR**, 19 de set. de 1885, p. 3.

Porém, se não sabemos os seus nomes, podemos delinear os seus perfis. Assim, não há nada mais enfático na comprovação de que nem toda juventude letrada paraibana defendia os valores da “aristocracia patriarcal”, do que o editorial de 13 de dezembro de 1879, em que os jovens editores faziam duras críticas ao papel da mulher na sociedade paraibana: “Não é unicamente um erro o condenar-se à mulher a um papel medíocre na vida social e supô-la incapaz de ser participante de todos os interesses que se agitam além do lar domésticos de todos os resultados da atividade humana”.³² Naquele momento, as mulheres já eram as grandes leitoras de romances, da prosa de ficção e das revistas literárias, muitas das quais a ela destinadas. Retomando uma tendência da época, o folhetinista de **A Idéia**, Mefistófeles dedica-lhes a poesia “O poema da Virgem”, a pretexto de agradar o “o sexo amável” que deveria estar “muito despeitadas (sic) porque em todos os seus assomos de folhetinista ainda não lhes [reservara] alguns instantes de conversação”.³³

No caso da revista **Alva**, sem as indicações do nome dos editores fornecidas por Eduardo Martins, seria impossível identificá-los, haja a maioria dos escritos ser publicada ou sem autoria, ou através das iniciais. A rigor pode-se aplicar aos “jornalistas” e primeiros escritores paraibanos as mesmas características daqueles que iniciaram ao mesmo tempo o jornalismo literário e a prosa de ficção no Brasil: Justiniano José da Rocha, Pereira da Silva, Francisco de Paula Brito. Não foram “vocações espontâneas”, como bem notou Lima Sobrinho. Foram os desbravadores da imprensa nacional e criaram todas as condições para o surgimento do conto e do romance nacionais, premidos pela demanda dos leitores. Os editores desse tipo de revista, entre os quais pode-se incluir as paraibanas, passaram a atender a essa demanda transformando a prosa como gênero dominante, principalmente em prosa de ficção.

Essa despreocupação com a autoria, revelada pelo anonimato e pelo uso do pseudônimo, é o que melhor traduz o caráter de dessacralização da escrita fundada pelo suporte jornal.³⁴ Esses usos, ao mesmo tempo em que confundem os historiadores da literatura, revelam o pouco “caso” com a “autoria” e a propriedade autoral, demonstrado

³² **A IDÉIA**: Revista Crítica Noticiosa e Literária, 13 de dez. de 1879, n. 1, p. 1-3.

³³ *Ibid.*, p. 11-12.

³⁴ Sem querer ser anacrônica, pode-se estabelecer um paralelo entre os primórdios do jornalismo brasileiro do século XIX e o que vemos desde o surgimento da democratização da Internet: o aparecimento de gêneros distintos tais como Blogs, as comunidades, o MSN, onde pessoas comuns partilham com personalidades o seu uso através de uma escrita diversificada e múltipla, estabelecendo diálogos e debates quase intermináveis. Da mesma forma que o jornal, a internet fez surgir de seu emaranhado de textos e dos milhões de “escritores” alguns nomes que se destacaram.

pelos jornalistas/escritores do século XIX. Longe de significar uma prática da província paraibana, esse uso foi comum aos periódicos brasileiros. Dessa forma, quando não temos conhecimento desses dados, é quase impossível atribuir qualquer autoria.

Considerando que no período em que vicejaram estas revistas ainda não estavam estabelecidas as regras relativas aos direitos autorais pode ser que parte do seu conteúdo não seja propriamente de autores paraibanos, mesmo porque, na época, continuava o hábito bastante consolidado de se “extrair” de outros jornais textos inteiros, algumas vezes com indicação apenas do nome do periódico, outras sem qualquer referência. Neste sentido, esses textos valem menos pela “identidade” paraibana, do que pelo modo como elaboram suas percepções do real, incorporando sob a forma de apropriação de textos e de escritos de outrem, “representações do mundo social – que, à revelia dos atores sociais, traduzem as suas posições e interesses objetivamente confrontados e que, paralelamente, descrevem a sociedade tal como pensam que ela é, ou como gostariam que fosse”.³⁵

A colaboração e a participação do leitor comum na escrita dos quadros dos periódicos era parte do programa de quase todos eles. A título de exemplo, tomemos a revista **Semana Ilustrada**, surgida em 1860 no Rio de Janeiro, que anunciava o seguinte: “Atenção! Tem direito a receber esta folha, gratuitamente por três meses, quem nos fornecer um bom desenho, artigo humorístico ou crítica, quer em verso quer em prosa”. Da mesma forma, parte do sucesso previsto para a revista **Idéia** vinha exatamente do fato de ter surgido, com a prévia notícia do seu aparecimento, “a afluência de comunicados, assim com a espontânea oferta de colaboração”.³⁶

Essa concepção é bastante semelhante àquela revelada na introdução da revista **Alva** que previa como um dos grandes propósitos e responsabilidades da imprensa brasileira o de “estimular” as inteligências para o exercício da escrita. Como já observou Barbosa Lima Sobrinho a ficção nacional nasceu da pena dos jornalistas. Sem discriminar aqueles que buscavam contribuir para a “civilização”, o periódico foi o lugar por excelência de democratização da escrita e da leitura.

³⁵ CHARTIER, Roger. **A história cultural**: entre práticas e representações. Tradução de Maria Manuela Galhardo. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertran Brasil, 1990, p. 19.

³⁶ **A IDÉIA**: Revista Crítica Noticiosa e Literária, 26 de nov. de 1879, n. 1, p. 2.

Sobre outra noção de nacionalismo: a presença da invasão holandesa e a restauração portuguesa na Revista Alva

A revista **Alva** conta com seis números apenas. No entanto, chama a atenção que em todos eles haja alguma matéria relacionada à invasão holandesa. Dois deles são de caráter histórico e um de ficção. Tomemos primeiramente o “Bosquejo histórico sobre a origem e a história da província da Paraíba”, de S. (Salvador) H. (Henrique) de A. (Albuquerque), publicado em capítulos, como era de praxe. Nos interessa esse texto para demonstrar o que Lima Sobrinho considera como a “simbiose do jornal e do conto, nesses inícios obscuros”.³⁷ Nesse sentido, e ampliando a informação do historiador, acreditamos que qualquer texto em prosa, e não necessariamente os de ficção, adquire feições parecidas aos do conto, entre eles os de caráter histórico, as narrativas de viagem e a biografia dos poetas brasileiros. Todos esses gêneros quando dados a ler nos periódicos se despojaram da rigidez clássica e da linguagem “palaciana” e passaram a ser publicados em capítulos, “abençoada invenção periódica”, através de entrecos simples e linguagem singela e corrente.³⁸

O Bosquejo histórico é um bom exemplo deste empenho dos autores de difundir a história através dos jornais. O seu autor, Salvador Henrique de Albuquerque, publicou em forma de livro vários títulos de história, de geografia, geometria, gramática e aritmética, que demonstram seus laços com a cultura clássica e o saber livresco.³⁹ No Bosquejo, a origem da província tem como ponto de partida a ofensiva dos holandeses, na tomada dos fortes de Cabedelo e de Santo Antônio favorecida pela contribuição dos traidores Calabar e Bento do Rego Bezerra, dedicados aos interesses dos inimigos da sua nação, em troca da “conservação dos seus bens”. Observa-se neste bosquejo, bem como em outras narrativas da revista, que os editores elaboraram o nacionalismo paraibano não a partir da “fundação do Brasil”, mas da invasão dos holandeses e das lutas pela restauração da colônia. O tema, na verdade, não é novo. Em 1841, Joaquim Norberto de Sousa e Silva publicou **As duas órfãs**, romance cujo enredo tem como pano de fundo a cidade do Recife e a batalha contra os holandeses.⁴⁰ Em 1852, sob o

³⁷ Cf: LIMA SOBRINHO, Barbosa. **Os precursores do conto no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1960, p. 8.

³⁸ Ibid., p. 9.

³⁹ ALMEIDA, Horácio de. **Contribuição para uma bibliografia paraibana**. João Pessoa: A União, 1994, p. 26.

⁴⁰ Cf: LIMA SOBRINHO, Barbosa. **Os precursores do conto no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1960, p. 10.

título de **Romances e novelas**, o autor reúne vários de seus textos, entre os quais o acima citado.⁴¹

Utilizando a técnica de suspense do romance em folhetim S. H. A. termina o capítulo com a invasão da província, matéria que só retomará no número 3. Neste número, ao iniciar a narração, o autor faz questão de lembrar ao leitor: “Deixamos o leitor com a desagradável impressão da conquista desta bela capital, pelas tropas Holandesas: agora relataremos mais uns fatos dignos de memória, para ecreção (sic) de uns e glórias daqueles a quem couber”.⁴² Mas não é apenas na técnica do suspense que o bosquejo imita os folhetins. A maneira como a história é narrada delinea heróis, anti-heróis, tragédias, traições e sofrimento causados pelos traidores da pátria. Os holandeses tomam a Paraíba com ajuda de mercenários, entre eles Bagnuolo, que a abandona nas mãos dos estrangeiros. Entre os colaboradores, destaca-se o novo “Calabar”, cujo nome passou a ser sinônimo de traidor, Matias de Albuquerque. Assim como nas narrativas romanescas, quanto maior a vilania do traidor, mais realçada é a “constância e a coragem” do herói e no caso em questão, a de André Vidal de Negreiros: “um paraibano, cujo nome, circulado todo de glória, deve ser conservado sempre na memória dos seus patrícios”. É dele e de suas estratégias para vencer os invasores em 13 de junho de 1645 que “começam os rasgos de patriotismo mais assombrosos, e os lances de valor mais denodados”. O paraibano tem suas façanhas narradas em prosa e verso, dentro do próprio bosquejo, o que o torna menos um personagem da história, do que um herói de romance, como demonstra o trecho abaixo:

Entre arbustos e canas de improviso,
Dispara o Luso sobre a incauta gente,
E precedendo o dano ante do aviso,
Desbarata o Holandês com fúria ardente:
Suspende a marcha o Batavo indeciso,
E sem ver o inimigo o golpe sente;
Até que vendo o estrago dos soldados,
Cedem o campo e fogem destroçados.⁴³

Como um herói, o paraibano mesmo em combate, como o da Casa Forte, se porta “mais militar e mais humano do que vingativo, sabendo conciliar a bravura de soldado, com a humanidade de cristão”,⁴⁴ características que irão ornar aquele que será

⁴¹ SILVA, Joaquim Norberto de Souza. **Romances e novelas**. AZEVEDO, Silvia Maria. (Org.). São Paulo: Landy, 2002.

⁴² ALVA – Jornal literário, mar. de 1850, n. 3, p. 36.

⁴³ Id., abr. de 1850, n. 4, p. 50.

⁴⁴ ALVA – Jornal literário, abr. de 1850, n. 4, p. 50.

o herói português da literatura romântica, Martins Soares Moreno, parceiro de Vidal de Negreiros. Na narrativa paraibana, Pero Poti é um holandês “mais bárbaro e cruel que os mesmos antropófagos”.⁴⁵ A necessidade de interrupção do capítulo exige que deixe alguma expectativa no ar. Por isso, o autor termina a sua narrativa com o espírito de independência que movia os heróis e o povo paraibanos. Foi o “espírito de independência” o que, segundo o autor, muita influência teve na batalha que viria a ser narrada no próximo número da revista.

Dirigida para leitores comuns, a narrativa histórica exigia que esses se reconhecessem naquilo que estava sendo narrado. Por isso, parte da vitória sobre os holandeses tem como origem “o patriotismo dos Paraibanos que só esperava um momento oportuno para desenvolver-se” e “despedaçar os grilhões da mais terrível escravidão”. Assim, movidos pelo patriotismo, os anônimos paraibanos “acudiram e se armaram, parecendo antes um exército disciplinado do que muitos paisanos reunidos”.⁴⁶

É interessante observar, no apelo do Governador Gomes Muniz, o discurso providencialista se mistura aos ideais de liberdade e nação, próprios da Revolução francesa: “Camaradas! Aqueles hereges que ali vedes, são os opressores da nossa pátria. Não vos espante o seu número porque os excedemos no valor. A causa que defendemos é sagrada e o Céu a protege. A fama não se adquire em empresas vulgares e neste momento faremos ver ao mundo, quanto pode o amor da liberdade por quem arriscamos”. É esse o tom que norteará o romance “A noiva do soldado”, publicado na mesma revista.⁴⁷

Outro exemplo em que percebemos um modo folhetinesco de narrar é o da “Breve notícia da vida e feitos de Salvador Correia de Sá e Benevides”, escrito por A. (Adelino Antonio de) L. (Luna) Freire. Inserida entre os capítulos I e II do bosquejo, ela irá forjar a coragem e bravura do personagem na sua luta, embora inglória, contra os holandeses. O herói foi desde o berço “bafejado com o sopro daquela nobre coragem”, que distinguira os seus antepassados. Sua iniciação se deu com os “temíveis holandeses – com quem sustentou combates arriscados – sem que o silvo das balas, e o raivar dos escarcéus, encontrassem nos seu ânimo um vislumbre de temor”.

⁴⁵ ALVA – Jornal literário, abr. de 1850, n. 4, p. 51.

⁴⁶ Ibid..

⁴⁷ Lamentavelmente, como parte das narrativas da revista, o bosquejo fica sem conclusão.

A mover esse herói, o amor pela pátria. É esse amor que o motiva, que o torna superior aos holandeses “cegos de ambição”, dispostos a tudo para se apropriar das riquezas brasileiras. É a luta dos “poucos recursos [...] sustentados pelo sublime prazer de dar a vida pela pátria” contra milhares de braços “mercenários”. Após tão gloriosa batalha, seguida por outras nas costas da África, onde luta contra os holandeses em defesa dos domínios portugueses, o herói finda seus dias como burocrata, na cidade do Rio de Janeiro, onde por duas vezes fora governador. A impressão que se tem, é que a “Breve notícia...” vem a pretexto de aumentar o rol dos heróis que lutaram pela liberdade da pátria, cuja origem estaria na guerra aos holandeses.

Às narrativas do periódico paraibano podemos aplicar o mesmo critério de Barbosa Lima Sobrinho àqueles que ele considera os fundadores do conto brasileiro. Trata-se de textos aos quais não podemos reivindicar o mesmo valor literário que aplicamos às narrativas contemporâneas, sob o risco de incorrer em anacronismo.⁴⁸

Em **A noiva do soldado**, de J. (José) C. (Carlos) da C. (Costa) R. (Ribeiro) vemos mais uma vez tratada a heróica restauração portuguesa. Antes porém de analisar o nacionalismo nele representado, se fazem necessárias algumas observações sobre esse que talvez seja um dos primeiros textos da prosa de ficção paraibana. Tido como romance, pelo seu autor, o texto de J. C. C. R. demonstra a imprecisão do termo e a dificuldade de caracterizar o que fosse conto, novela ou romance na época, por isso melhor chamá-lo de história curta de ficção, publicada em capítulos. Nessa linha de pequenas narrativas de ficção encontra-se **Dor e Prazer** (Romance), de J. C. R. dividido em três partes, mas publicados em um único número. Além de **O Sócio** (Romance), do mesmo autor, que tem como cenário as ruas e igreja da Paraíba. Publicado em capítulos, lamentavelmente fica incompleto. Mesmo assim, percebemos um melhor acabamento literário e maior aproximação com as regras do que Marlyse Meyer considera como primeira fase do romance-folhetim.⁴⁹

Em linhas gerais, a primeira das características é a de ser publicado aos pedaços, em uma sessão do jornal que passou a ser designada com o nome de Folhetim.

⁴⁸ LIMA SOBRINHO, Barbosa. **Os precursores do conto no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1960, p. 22.

⁴⁹ A técnica de publicação de um fragmento de romance no rodapé do jornal foi inventada por Émile Girardin, em 1836. O jornalista se aproveitou da mania de leitura de ficção do país para lançar essa estratégia que teria grande sucesso e se instalaria por quase um século aqui no Brasil. Sobre a presença do romance-folhetim no Brasil, Cf. MEYER, Marlyse. **Folhetim: uma história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

Os romances eram distribuídos entre duas vertentes principais, que incluía o folhetim histórico e folhetim “realista”. Entenda-se que, como afirma Marlyse Meyer, segundo a concepção da época, “realismo” deve ser compreendido como “um real recriado a partir do concreto muito amplificado pela vigorosa imaginação que o transcreve”.⁵⁰

O folhetim histórico ressuscita o passado através de “espadachins e suas bravatas, ministros e rainhas”, fazendo muita vez o “papel da verdadeira história”.⁵¹ É o caso de “A noiva do soldado”, em que ficção e história se misturam em uma linguagem muito próxima aquela do “Bosquejo histórico”, mas com os ingredientes próprios ao gênero folhetinesco: vingança, valentia, coragem, além da dama que sofre ou morre. Dessa forma, se o tema é semelhante ao do Bosquejo histórico, se alguns personagens são verídicos e se a paisagem é localizável, o título, no entanto, irá apontar para outra direção, quiçá outro leitor. O leitor acostumado com esse tipo de narrativa sabe de antemão que a ênfase recairá sobre os dilemas amorosos, tais como a vingança e o sofrimento feminino, a despeito da grandiloquência com que é descrito o cenário e caracterizada a valentia dos “heróis nacionais”.

Os “pitorescos sítios próximos ao famoso Guararapes” eram o cenário e a data 16 de abril de 1648. Seria neste dia e neste lugar que se travaria “batalha esganiçada e sanguinolenta”, haja vista a disparidade de forças: de um lado dois mil e quinhentos brasileiros, movidos pelo desejo de independência, dispostos a derramar pela pátria “a derradeira gota do seu sangue”, do outro, oito mil “batavos”. É dessa cepa de heróis que surge o protagonista, o Capitão Teles Muniz, cuja noiva Isabel se encontra encarcerada em poder do “perverso” holandês Hamel. Dividido entre a noiva Isabel e a noiva Pátria, Teles Muniz sente-se atordoado, pois para salvar a noiva terá que desertar. Como lembra Rodrigo, um velho soldado seu amigo que não concorda com a sua resolução: “Que importa, que salveis a vossa amante, se para isso é mister, que deserteis, e que desse modo calqueis aos pés o juramento sagrado, que fizeste de dar o vosso sangue e a vossa vida pela restauração de vossa pátria?”.⁵² O capítulo encerra com a decisão de Teles Muniz de seguir os conselhos de Rodrigo de “não abandonar a nossa causa, a causa da liberdade, da liberdade da pátria, para chorar amores de donzela”. O **Continua** é estrategicamente e bastante de acordo com as expectativas do leitor de folhetim, pois

⁵⁰ MEYER, Marlyse. **Folhetim: uma história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 67.

⁵¹ Ibid.

⁵² ALVA – Jornal literário, fev. de 1850, n. 2, p. 25.

se o capitão resolve seu problema de honra à pátria, não o faz em relação aquele relativo a sua noiva.

O capítulo II tem início com a grande batalha, onde muitos holandeses perecem e os índios tapuias deserdam. O entusiasmo entre os vitoriosos é imenso. Mas o comandante batavo Sigismundo reanima sua tropa e tem início outra grande batalha, dessa vez os combatentes se “assemelham a leões, que se mordem e se despedaçam raivosos”. É nessa guerra corpo a corpo que lutam os dois inimigos: Hamel e o Capitão Teles Muniz. Como decidira no capítulo I, o capitão luta bravamente pela Pátria e finda essa parte “num derradeiro” esforço tentando pegar a mão do amigo Rodrigo, que morria naquele momento, cheio de culpa, uma vez que Teles Muniz acabara de sucumbir:

– Rodrigo! – diz Teles fortemente agitado – Uma nuvem de sangue me escurece a vista!...Eu sinto que também...ah! dá-me a tua mão.

– Mancebo! Combateste... e morres! Não o querias...induzi-te eu...Matei-te!...Perdoa-me...

– Não! Não!... – exclama o oficial – Era...o meu dever! ...era ... a causa da pátria! ...Por ela...foi por ela! ...Rodrigo...ah! é o último esforço! – E desfaleceu.⁵³

Marlyse Meyer aplica com muita propriedade os termos “recursos de maquinaria” para definir os ingredientes comuns aos dois gêneros de folhetim. Entre estes temos: “raptos, perseguições no escuro, tempestades no momento oportuno (ou inoportuno), maniqueísmo com a vitória dos bons sentimentos e da virtude” e principalmente nem sempre o romance-folhetim precisa ter **happy ending**.⁵⁴ A ressurreição de personagens, no entanto, só seria recurso de maquinaria da segunda geração de romance-folhetim, com o famosíssimo **Rocambole**, ressuscitado pelo seu autor Ponson Du Terrail. A estratégia do autor de **A noiva do soldado** parece ser essa. Por isso, deixa o capitão desfalecido e inicia o capítulo III com o narrador a se perguntar por sua noiva: “O que é feito da infeliz amante de Teles Muniz?”

Isabel, a amante, tem o perfil da heroína sofredora. A atração que exerce sobre o pérfido holandês é involuntária, movida por “seus encantos” que “acedem no coração de Hamel um amor cego e louco, que busca despedaçar quantas barreiras se lhe opõem”. Isso inclui matar o pai de Isabel, o que a torna mais vítima, visto que agora vive sozinha, sem ninguém para defendê-la: “cheia de indignação para com ele [Hamel], e de

⁵³ ALVA – Jornal literário, fev. de 1850, n. 2, p. 26.

⁵⁴ MEYER, Marlyse. **Folhetim**: uma história. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 71.

amor e dedicação para com Teles Muniz, ela se conserva firme e inabalável – como a rocha no meio do oceano – esperando pelo esposo, que deverá correr em seu auxílio”. O leitor sabe que ele não virá em seu auxílio, pois preferiu lutar pela pátria, o que o levou a sucumbir. Isso mobiliza no leitor uma empatia pelo sofrimento da moça, ingrediente fundamental para o desenrolar do romance-folhetim: “Miseranda! Que será feito de ti agora, que és só no mundo, exposta às garras do leão, que ruga a teu lado?...”⁵⁵

Firme no seu amor e integridade, Isabel resistirá até mesmo às investidas menos agressivas de Hamel: “Por que hás de em troca de amor dar-me tão grande aversão?... És sozinha na terra... e eu te ofereço um coração todo amizade, e amor; [...] Dou-te um rico palácio, ouro, jóias, riqueza imensa... e tu desprezas tudo isto!”⁵⁶ Sim, a pobre Isabel rejeita tudo em nome do amor a Teles que subitamente “reaparece” para defender a noiva das mãos do holandês. Gesto que na concepção do narrador e de Hamel é “um claro indicio da justiça de Deus”. O autor, acompanhando a tendência do drama romântico, não dá chance à pobre Isabel e pune a “covardia” ou heroísmo de Teles: “De repente Isabel ajunta as mãos, e as leva ao peito dele, desprendendo ao mesmo tempo uma risada estridente e desconcertada!... A infeliz estava louca!”⁵⁷

“A noiva do soldado” e os outros “romances” da revista **Alva** não são um exemplo de validade literária e qualidade estética, mas demonstram o esforço de uma geração paraibana de colocar a sua literatura nos trilhos do gosto do público leitor.

Rompendo preconceitos: sobre paródia e representação feminina em A Idéia

Uma das surpresas revelada pela leitura de **A Idéia** e que merece ser analisada diz respeito a uma poesia publicada na Seção literária do número 2. Trata-se de “O besouro”, paródia à poesia – Beija-flor, de T. Barreto. Para quem conhece o poema do autor sergipano, a paródia sugere uma aproximação com aquelas feitas por Álvares de Azevedo, principalmente “É ela, é ela”. A publicação de um único texto, ao mesmo tempo em que revela o intercâmbio cultural entre a Paraíba e Pernambuco, demonstra que nessa época o romantismo piegas já não tinha vez entre os jovens poetas paraibanos. Um simples exemplo como esse também contradiz a opinião corrente,

⁵⁵ **ALVA** – Jornal literário, fev. de 1850, n. 3, p. 45.

⁵⁶ Ibid.

⁵⁷ Ibid.

segundo a qual era de subserviência às trocas culturais ocorridas entre as duas províncias.

No número 3 da revista, o editorial tratará daquilo que os jovens editores da revista **A Idéia** julgam o grande erro contemporâneo, que é o de “condenar a mulher a um papel na vida social e supô-la incapaz de ser participante de todos os interesses que se agitam além do lar doméstico de todos os resultados da atividade humana”. Os jovens editores paraibanos indicavam, como péssimo exemplo de defesa de uma posição favorável e justa para a mulher, Tobias Barreto, modelo dos homens “ilustres e liberais” que sentam nas assembléias legislativas, no caso da Província de Pernambuco, e contestam “com veemência e com a fisiologia nas mãos os predicados intelectuais da mulher e se lhe estreita pela restrição da educação o círculo já tão limitado de suas funções sociais”.

Compreende-se assim que a paródia ao poema Beija-flor não diz respeito apenas a questões de estética literária, mas também a posturas políticas em relação a uma imagem de mulher que, ao mesmo tempo em que é cultuada como “santa” no poema “Beija-flor” de Tobias Barreto, é destituída de direitos entre os quais o de se expressar e fazer parte da imprensa e da vida literária. Apesar de longo e quase infinito, vale a pena transcrever o período onde melhor se revelam essas posições, da qual não escapam mulheres ricas ou pobres:

A verdade: que é a sua condição a mais triste e degradante nas sociedades modernas, que não há para ela educação pública ou profissional, que sobre ela recaem as mais das vezes o peso das faltas do homem, que vive na ausência dos mais inocentes direitos, que para ela tem os códigos lacunas imensas, que sobre ela recaem unicamente a mácula da infidelidade conjugal e as conseqüências da sedução e da bastardia, que se lhe julga um espírito frágil e inativo, uma inteligência incapaz de auto-cometimentos, que para tudo precisa de tutelada, que ainda mesmo no altar ornada de branco para o sacramento das núpcias é-lhe arrancado o sim, antes como um lamento ou um suspiro de dor, do que como o som de um hino de amor e de liberdade, que nas classes pobres ela é a mais miserável e nas abastadas a mais infeliz!⁵⁸

Esse trecho também vai de encontro ao lugar-comum segundo o qual os jovens jornalistas paraibanos traduziam em sua produção os valores de uma aristocracia

⁵⁸ **A IDÉIA**. Revista crítica, noticiosa e literária, 13 de dez. de 1879, n. 3, p. 3.

patriarcal.⁵⁹ É interessante observar que, no contexto sobre o qual estamos tratando – o da democratização da escrita, patrocinada pela imprensa do dezenove –, o exemplo acabado de mulheres de valor sejam justamente o das escritoras e poetisas, entre as quais as “ilustres” Rita Joana de Souza, Ângela do Amaral Rangel, Delfina Maria Ribeiro, Narcisa Amália.⁶⁰ Neste número, a seção literária traz o que o autor chama de “rápido esboço, o apanhado de ligeiros traços de uma mulher ilustre, direi mesmo, célebre, que apareceu com este século fadado para tão grandes coisas”. Ele refere-se a Georg Sand.

Ao contrário de **Alva**, a revista **Idéia** privilegiará o ensaio opinativo, o folhetim. Tome-se por folhetim aqui um lugar preciso do jornal: o **rez-de-chaussée** – rez do chão, rodapé. Como afirma Marlyse Meyer, “é um espaço vazio destinado ao entretenimento”, que haverá de “constituir a matéria e o modo da crônica à brasileira e é desde os seus primórdios um espaço deliberadamente frívolo”.⁶¹

Os folhetins da revista **Idéia** podem ser tomados como a origem da crônica paraibana. Esse espaço “vale-tudo” como o chama Meyer permitiu, favoreceu o exercício da escrita para vários escritores paraibanos por quase todo o século. Como a possibilidade de “recheio” do espaço era ilimitada, o folhetim abrigou a ficção, os fatos cotidianos, a poesia, as intrigas amorosas, sempre carregados de ironia, de sarcasmo e de linguagem simples e coloquial. O folhetim também esteve nas páginas dos jornais sob o epíteto de Variedade, Miscelânea, Crônica etc. Os folhetins dos periódicos paraibanos são o testemunho dos fatos diversos do cotidiano, do dia a dia da província, de modos de ver e dizer a história e o presente.

Parte dessa história, no entanto, ficou perdida no anonimato ou nas iniciais até hoje raramente identificadas, o que leva a se pensar ter havido pouca prosa e prosadores no século XIX paraibano. Para quem conhece os “folhetins” de Machado de Assis e José de Alencar, os textos escritos por Mefistófeles, um dos folhetinistas da **Idéia**, não deixam a desejar. Desde a escolha do pseudônimo, que já sugere o sarcasmo e perfídia. Longe de imitar os modelos consagrados, Mefistófeles busca um estilo próprio de

⁵⁹ Ainda está por se fazer uma revisão da história da imprensa na Paraíba, a partir da leitura cuidadosa de seus editoriais e folhetins. Sobre a visão aristocrática dos editores do século XIX Cf: CÂNDIDO, Gemy. **História crítica da literatura paraibana**. João Pessoa: SEC, 1983.

⁶⁰ A exceção de Delfina Maria Ribeiro, todas as escritoras nomeadas têm sua vida e obra resgatadas por historiadoras em estudos organizados por Zahidé Lupinacci Muzart, no livro **Escritoras brasileiras do século XIX**. (Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 1999).

⁶¹ MEYER, Marlyse. Volatéis e versáteis: de variedades e folhetins se fez a chronica. In: _____. **As mil faces de um herói-canalha e outros ensaios**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1998, p. 113.

exercer a função de folhetinista, cargo a que muitos se prestavam sem o devido talento ou vocação, como demonstra a passagem do Folhetim de **A Idéia**, de 26 de novembro de 1879:

Leitor.

Nada há tão empanzinante como supor-se humorístico um folhetinista, e roubar-vos o tempo e a paciência com as suas sensaborias.

É uma cousa de enjoar a todo mundo; ms uma vez que comprometi-me a aborrecer-vos aqui estou na firme intenção de conversar estiradamente convosco.

É uma mania como outra qualquer. Nem todos nasceram para o bom senso. Conheço um sujeito muito barrigudo, à semelhança de um touro, que deu em arremeter a gente pelos jornais como o fim de dar expansão ao gênio maníaco com que dotou-o a natureza.⁶²

Palavras finais

Este estudo está distante de esgotar as possibilidades de análise oferecidas por esta atual “descoberta” dessas duas revistas. O nosso propósito é o de conhecer melhor o passado e reconhecer o valor e o modo como se davam as práticas da cultura escrita e de leitura produzidas na província paraibana no século XIX. Muito embora estejam longe de apresentar qualidades literárias, muito menos se comparamos às das obras atuais, estas revistas revelam a importância da literatura, compreendida à época com um significado mais amplo, na disseminação do saber. Para isso, os editores não se intimidavam de aceder ao gosto do leitor e, como têm revelado as pesquisas recentes, não apenas ao leitor alfabetizado. O jornal e tudo o que ele “mobilizava” envolvia a leitura oral, as conferências e os reclames de livros representando em si um grande acontecimento, por mais modesto que fosse em seus propósitos, conteúdos e aspectos materiais.

⁶² **A IDÉIA**. Revista crítica, noticiosa e literária, 26 de nov. de 1879, n. 2, p. 11.